

Subvenções: US\$ 26 milhões ilegais

TESLA COUTINHO



Dos milhares de dólares liberados para entidades através de subvenções sociais do Ministério da Ação Social no mínimo US\$ 26 milhões — distribuídos entre 1989 e 1992 — deveriam voltar já aos cofres públicos porque foram liberados de forma irregular. São as liberações de verbas diretamente para entidades sem personalidade jurídica como as faculdades e departamentos de universidades particulares do Rio que estão sendo investigadas pela CPI da máfia do Orçamento.

Segundo o presidente da subcomissão de subvenções sociais da CPI, senador Garibaldi Alves Filho se ficar comprovado que entidades sem registro jurídico receberam verbas diretamente, o ministro que assinou a liberação poderá ser responsabilizado e



A ex-ministra Margarida Procópio

processado por crime de prevaricação.

Para receber subvenções, as entidades precisam ser registradas como filantrópicas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), subordinado ao Ministé-

rio da Ação Social e precisam ter registro jurídico. Mas, na maioria dos casos, elas pedem ao CNSS que inclua outras instituições como suas "dependentes". Estas não precisam ter registro jurídico para constar do cadas-

tro do CNSS, mas segundo o próprio órgão não podem legalmente receber verbas públicas, a não ser através de suas mantenedoras. Foi isso, no entanto, que aconteceu no caso das entidades do Rio investigadas pela CPI.